



Sindicalista apóia proposta de Justiça itinerante

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Antônio Felício, apóia a proposta do Tribunal Superior do Trabalho de criar uma Vara de Justiça itinerante para coibir casos de trabalho escravo no País. O sindicalista confirmou a existência deste tipo de mão-de-obra em vários Estados brasileiros e denunciou a utilização de trabalho escravo no centro de São Paulo.

Felício disse que a CUT está fazendo um levantamento em fábricas de confecção de camisas de propriedade de coreanos. Segundo ele, existe a suspeita de que trabalhadores do Paraguai e Bolívia trabalham nas fábricas somente em troca de comida e hospedagem.

Segundo ele, o número de trabalhadores escravos no campo e nas cidades deve ser maior do que se imagina. Felício disse que a relação entre patrão e empregado é tão autoritária, que as chances de o empregado conseguir fazer a denúncia são praticamente nulas, o que dificulta a quantificação de casos.

Ele citou a exploração da mão-de-obra de empregadas domésticas vindas, principalmente, do interior do Norte e Nordeste, tratadas como escravas. “Além de não ter carteira assinada e vir de uma cultura totalmente diferente, a empregada é inserida em um contexto em que acredita não ter direito a qualquer benefício, além das necessidades básicas de alimentação e moradia”, disse.

Para Felício, a possibilidade de a Justiça itinerante flagrar e julgar na mesma hora o empregador que mantém trabalhadores escravos em suas fazendas é melhor do que a proposta polêmica do ex-ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Ele propunha avisar o empregador com dias de antecedência de que seria realizada uma blitz em suas terras.

“A Justiça itinerante será uma alternativa ágil de controle das formas mais hediondas de trabalho ainda existentes neste País”, disse Felício.

Date Created

28/08/2002